



UFSM

Artigo Monográfico de Especialização

FAMÍLIA E ESCOLA: PARCEIRAS NA INCLUSÃO?

Monarah Simone Palito Tomaz

**Pombal, PB, Brasil
2010**

FAMÍLIA E ESCOLA: PARCEIRAS NA INCLUSÃO?

por

Monarah Simone Palito Tomaz

Artigo apresentado no Curso de Especialização em Educação Especial – Déficit Cognitivo e Educação de Surdos, do Centro de Educação da Universidade Federal de Santa Maria como requisito parcial para obtenção do grau de
Especialista em Educação Especial.

**Pombal, PB, Brasil
2010**

Universidade Federal de Santa Maria
Centro de Educação
Especialização em Educação Especial - Déficit Cognitivo e
Educação de Surdos

A Comissão Examinadora, abaixo assinada, aprova o Artigo Monográfico de
Especialização

FAMÍLIA E ESCOLA: PARCEIRAS NA INCLUSÃO?

elaborado por
Monarah Simone Palito Tomaz

como requisito parcial para obtenção do grau de
Especialista em Educação Especial: Déficit Cognitivo e Educação de
Surdos

COMISSÃO EXAMINADORA:

Laura Cristina Nardi

Fabiane Adela Tonetto Costas

Giovana Toscani Gindri

Pombal, PB, Brasil
2010

AGRADECIMENTOS

A Deus por ter me concedido a vida e a oportunidade dessa especialização que me possibilitou não só crescer profissionalmente mais a ser alguém mais humano.

Agradeço a minha mãe Socorro e a meu pai Anésio pelo amor, educação e confiança que dedicaram a mim. Vocês são meu exemplo de que a base da educação esta na instituição familiar .

Ao meu amado esposo Deusimar que pelo seu amor me possibilitou viver o sabor de constituir uma família.

As minhas estrelas guias intelectuais: professora Laura Cristina Nardi (orientadora), professora Liane Camati e professora Tatiane Negrine por nortearem meu caminho na construção do saber.

Aos meus irmãos: Socorro, Adalberto, Adail, Adailton, Adailson e em especial minha irmã Sinara que muitas vezes contribuiu nesse meu trabalho.

Aos meus sogros: Francisquinha e Amadeu e as minhas amigas: Lourdes e Fransquinha que muitas vezes com grande carinho e amor cuidaram de Sarinha para que eu pudesse me dedicar a minha especialização.

Aos colegas: Claudinho Costa, José Ildo (Oim), Francisca Farias (Mocinha), Ana Lidiane, Gleuma Araújo e Sandro que também contribuíram nesse trabalho.

A Sarinha e a esta nova vida que agora esta em mim que me fizeram compreender que o amor por um filho é imensurável... Que a família é tudo...

RESUMO

Artigo de Especialização
Curso de Especialização em Educação Especial – Déficit Cognitivo e Educação de Surdos
Universidade Federal de Santa Maria, RS, Brasil

FAMÍLIA E ESCOLA: PARCEIRAS NA INCLUSÃO?
AUTORA: MONARAH SIMONE PALITO TOMAZ
ORIENTADORA: PROF^a MESTRE LAURA CRISTINA NARDI
POMBAL, PB, 2010

Este artigo foi elaborado por meio de um estudo de campo realizado com cinco famílias com crianças deficientes matriculadas na rede municipal da cidade de Pombal/PB. A metodologia utilizada foi a Qualitativa que usou como instrumento de coleta de dados a entrevista semi estruturada e filmada a fim de obter informações a respeito de como esta sendo ou não efetivada a parceria entre a família e a escola em prol da inclusão. Por meio desse estudo constatou-se que embora o município de Pombal/PB venha investindo tanto nos profissionais da educação como na adequação das escolas através de modificações físicas como instalação do Atendimento Educacional Especializado (AEE), a família ainda não esta sendo trabalhada como agente inclusora junto à escola, ficando a margem desse novo contexto educacional, desconhecendo o que venha a ser a educação inclusiva.

Palavras-chave: educação inclusiva; deficiência; família; escola

SUMÁRIO

1.	APRESENTAÇÃO: UM OLHAR SOBRE O ONTEM E O HOJE NA	
	EDUCAÇÃO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA.....	06
2.	PERCURSO INVESTIGATIVO.....	09
	2.1 Um pouco sobre as personagens das entrevistas	10
3.	DESVENDANDO A RELAÇÃO FAMÍLIA E ESCOLA	12
	3.1 Compreensão sobre a educação inclusiva	12
	3.2 O contato educacional	15
4.	CONSIDERAÇÕES FINAIS	21
5.	REFERÊNCIAS	25

1. APRESENTAÇÃO: UM OLHAR SOBRE O ONTEM E O HOJE NA EDUCAÇÃO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Em todos os períodos da história sempre existiu a pessoa com deficiência e junto dela inúmeras representações sociais do que eram as causas de sua diferença física ou psíquica. Essas representações que as sociedades concebiam refletiam tanto na visão da educação dessas pessoas como no próprio convívio familiar. Em alguns momentos foram vistos como a imagem do pecado, inúteis, doentes ou dignos de pena.

Na antiguidade, por exemplo, devido aos conceitos sociais negativos sobre a deficiência muitas vezes as famílias viam seus filhos deficientes como um inútil social, alguém que não se encaixava para ser educado nos padrões da época. Segundo Corrêa (2004 apud FREITAS, p. 60) na sociedade grega, especificamente a ateniense, conhecida por priorizar a educação integral, a qual procurava formar um homem útil ao estado, o próprio pai tinha o encargo de matar o filho ou abandoná-lo em algum local.

Freitas (2008) também destaca que nas Idades Moderna e Contemporânea, com bases no conceito humanístico e financeiro passou-se a ver o deficiente como alguém enfermo que precisava ser curado e integrado. Era a busca pela normalização para a garantia do direito ao convívio social. Partindo desse conceito, inicia-se na Europa nesse período do século XVI o surgimento de instituições clínicas e também educacionais para trabalhar nos indivíduos formas de normalizá-los. Esse conceito de busca da cura e desenvolvimento das habilidades perdura predominantemente até a chegada do século XX, mais precisamente as vésperas da década de 90. Durante esse período as escolas de Educação Especial eram segregatórias, sendo o único local destinado as pessoas com deficiência.

A década de 90 surge como marco na predominância de um novo conceito sobre a pessoa com deficiência e conseqüentemente emerge junto um novo olhar sobre a educação, a chamada Educação Inclusiva, onde é a sociedade e as instituições educacionais que devem se adequar aos deficientes e não mais estes aos espaços sociais e educacionais como até então ocorria. A nova educação especial seria um suporte ao ensino da escola comum.

É nessa década que surge A Declaração Mundial sobre Educação para Todos

(UNESCO), aprovada pela Conferência Mundial sobre Educação para Todos, realizada na cidade de Jomtien Tailândia no ano 1990. No ano de 1994 também é assinada em Salamanca – Espanha a Declaração de Salamanca (UNESCO) que adota linhas de ação voltadas à educação especial. Esses importantes documentos de nível internacional defendem e asseguram que todos devem ter direito a educação como também citam a importância da família nesse processo educacional.

A Declaração Mundial sobre a Educação para Todos, realizada em Jomtien (Tailândia) no ano de 1990 assim destaca no seu artigo 10:

Por serem as necessidades básicas de aprendizagem complexas e diversas, sua satisfação requer ações e estratégias multissetoriais que sejam parte integrante dos esforços de desenvolvimento global. Se, mais uma vez, a educação básica for como responsabilidade de toda sociedade, muitos parceiros deverão unir-se as autoridades educacionais, aos educadores e a outros trabalhadores da área educacional, para o seu desenvolvimento. Isso implica que uma ampla gama de colaboradores – família, professores, comunidades, empresas privadas (inclusive as da área de informação e comunicação), organizações governamentais e não-governamentais instituições, etc. participem ativamente na planificação, gestão e avaliação das inúmeras formas assumidas pela educação básica.

Em vários pontos da Declaração de Salamanca (1994) é citada também a importância da família na participação desse processo inclusivo. Desses inúmeros pontos destacamos o seguinte:

Uma parceria cooperativa e de apoio entre administradores escolares, professores e pais deveria ser desenvolvida e pais deveriam ser considerados enquanto parceiros ativos nos processos de tomada de decisão. Pais deveriam ser encorajados a participar em atividades educacionais em casa e na escola (aonde eles poderiam observar técnicas efetivas e aprender como organizar atividades extra-curriculares), bem como na supervisão e apoio à aprendizagem de suas crianças.

Todos esses documentos tiveram o Brasil como signatário, comprometendo-se a desenvolver no país escolas inclusivas, onde todos tenham total acesso a educação.

Mas Menezes e Munhóz (2009, p. 22) destacam que “no Brasil como em

muitos outros lugares do mundo, a pessoa com necessidades educacionais especiais foi considerada, por muito tempo, objeto de desprezo, menos valia, vergonha, significando um peso para sua família.”

Logo, analisando esse desenrolar histórico a respeito da educação e relação familiar vivido pelas pessoas com deficiência é possível perceber que as instituições vocacionadas ao ensino: família e escola muitas vezes conceberam um conceito errôneo sobre as deficiências legando a essas pessoas total exclusão, a qual recentemente busca-se combater.

Juntamente com essa reflexão histórica, vejo, como educadora, em loco um presente em que as famílias ainda não desenvolveram uma relação de intimidade com a escola, continuando a existir uma cortina entre a educação familiar e escolar – cada um fazendo o seu papel paralelamente, o que muitas vezes resulta em divergências educacionais. Esse olhar sobre o passado e o presente me inquietou diante dessa nova política de educação inclusiva, trazendo-me algumas indagações: como está atualmente a relação das famílias dos alunos com deficiência e a escola? Será que família e escola estão finalmente desenvolvendo uma parceria em prol da inclusão? Será que as famílias sabem o que é essa nova temática chamada educação inclusiva?

Toda essa inquietude resultou no desenrolar deste artigo monográfico que tem por tema um questionamento referente à parceria ou não desenvolvida entre escola e família. Glat nos ajuda a compreender a importância dessa temática.

A integração dos portadores de deficiências é hoje sem duvidas nenhuma a meta primordial da Educação Especial, norteando desde as discussões acadêmicas até as políticas governamentais. Porém, apesar de ser frequentemente ressaltado o papel fundamental que a família exerce, ou pode vir a exercer neste processo, as características dessa relação ainda precisam ser investigada com mais profundidade. (2006, p.111)

Dessa forma, o estudo a que me proponho possibilitará ao menos uma pequena contribuição no campo de estudo da parceria família e escola apontando algumas compreensões de como esta sendo essa relação de disponibilidade, como também refletir algumas atitudes positivas que venham a motivar um entrelaçamento entre essas instituições tão importantes e decisivas no processo de inclusão.

2. PERCURSO INVESTIGATIVO

A cidade de Pombal, Paraíba, com uma população de 32.424 habitantes a exemplo de inúmeras outras cidades do Brasil, é modelo na busca da construção de uma sociedade inclusiva, sendo possível constatar tal fato pela observação de investimentos humano e material nessa área. O município é pólo do curso de AEE (Atendimento Educacional Especializado), possuindo também professores cursando especialização em educação especial. Algumas escolas estão equipadas com computadores e livros para deficientes visuais. Estima-se que esse ano os profissionais do AEE passarão a atuar nessas salas que estão implantadas nas maiores escolas do município. As escolas também possuem a assistência de um profissional apto em LIBRAS/Português e Braille. Estão sendo realizadas em algumas escolas reformas estruturais como alargamento de portas e rampas, tudo para garantir a acessibilidade.

Logo, esse lócus inclusivo demonstrado pela cidade, como também por estar inserida como educadora nesta rede municipal de ensino me motivou a escolhê-la como campo de estudo para o tema Escola e Família: parceira na Inclusão?

O município dispõe de trinta e uma (31) escolas, totalizando 3.578 alunos. Em algumas escolas já existem alunos com necessidades especiais matriculados.

Estruturamos nossos estudos de caso, a partir de uma entrevista semi-estruturada e filmada aplicada na casa de cinco famílias que tem filhos com necessidades educacionais atualmente matriculados nas escolas comuns da rede municipal. As personagens que compõem a pesquisa serão apresentadas com uso de nomes fictícios, sendo dessa forma possibilitada o respeito as suas identidades.

Para uso da compreensão e investigação e visando realizar de forma eficaz o trabalho será adotada a metodologia qualitativa, pois conforme Possa (2008, p. 144) “o papel da pesquisa qualitativa é criar e atribuir significados aos fatos, fenômenos e acontecimentos”. Logo essa metodologia permitirá colher informações relevantes por meio de entrevistas com algumas famílias de alunos incluídos. O objetivo que motivou o uso da entrevista semi-estruturada e filmada na pesquisa qualitativa se justifica por melhor se apresentarem como forma de adentrar no mundo implícito dos participantes, visto que esses recursos permitem uma posterior compilação na

Íntegra dos diálogos estabelecidos, como também a imagem gerada torna possível uma análise, ao menos parcial, do ambiente doméstico que muito pode falar sobre os que ali vivem e como vivem.

Pinheiro, Kakehashi e Ângelo (2005, p.722) assim afirmam:

A utilização simultânea de áudio e de vídeo por meio da filmagem em pesquisas qualitativas constitui escolha metodológica, no sentido de apreender o fenômeno complexo em que os discursos e as imagens são partes inerentes.

Como o objetivo do presente trabalho visou verificar se a escola e a família estão realmente sendo parceiras no processo inclusivo, o roteiro do questionário foi composto por cinco questões: 1) O que vocês compreendem que seja a educação inclusiva? 2) Vocês solicitaram informações na escola para melhor compreender o que é a educação inclusiva? Por quê? 3) Vocês acreditam na inclusão dos alunos com deficiência na escola comum? 4) Vocês acompanham o rendimento escolar de seu filho? De que forma? 5) Vocês decidem junto com a escola o direcionamento do trabalho realizado com seu filho? Fale a respeito. COLOQUEI A FRASE NO OUTRO PARÁGRAFO

Essas questões tinham como foco verificar a compreensão que os participantes apresentam sobre o que é a educação inclusiva, como acontece o contato educacional família/família e família/escola e como está a crença da família na educação inclusiva.

2.1 Um pouco sobre as personagens das entrevistas:

Nas visitas realizadas nas residências encontrou-se quatro mães e uma avó além de alguns dos alunos que motivaram este estudo. Em nenhuma delas estava presente a figura paterna para participar da pesquisa. O motivo dessa ausência era variado: um dos pais era falecido e os outros quatro, pela realização da entrevista ter acontecido em um dia de semana, encontravam-se trabalhando.

Dessa forma, levei em conta que diante da Constituição Federal em seu artigo 5º inciso I, e no código civil a partir do artigo 1.630 institui o poder familiar, logo homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, sendo ambos considerados igualmente chefes de família, logo qualquer um dos dois está apto a representar seus filhos e serem entrevistados.

As entrevistadas tinham as idades que variavam de 44 a 67 anos e entre si apresentavam uma pequena diferença no grau de instrução, não chegando a concluir quatro destas o ensino básico como também exercendo somente os afazeres domésticos. Somente uma havia concluído o magistério e trabalhado nessa área até pouco tempo quando se aposentou. Todas as personagens receberam nomes fictícios.

Através das visitas foi possível constatar que nenhuma das famílias entrevistadas possuía alta concentração de renda e mesmo assim algumas dessas famílias antes de haver colocado seus filhos na rede municipal ou na escola especial iniciaram o estudo destes em escolas particulares visando uma melhor assistência educacional para os mesmos, haja vista que somente recentemente vem tomando corpo o sistema de ensino inclusivo, do qual as escolas da rede pública recebem incentivo do governo federal para se adequarem, como fica demonstrado, por exemplo, no artigo 1º do decreto 6.571 de 2008. Dessa forma, embora os cinco alunos estejam atualmente matriculados na rede municipal, apenas dois já pertenciam a ela, sendo os outros três até o ano passado alunos de escola especial visto que essa até pouco tempo era substitiva da escola comum o que não se dá atualmente, sendo agora esta apenas parceira da rede regular de ensino, passando o aluno só a poder frequentá-la no contra turno do seu horário.

Os alunos pertencentes às famílias em foco apresentam deficiência visual, mental, física e auditiva. Três são do sexo feminino e dois do sexo masculino, suas idades estão entre onze e vinte seis anos. Um aluno este ano inicia o 9º ano, os outros quatro estão dois no 4º ano e dois no 5º ano.

Após a coleta dos dados através das entrevistas, estes foram organizados em duas categorias que referem-se a compreensão do que venha a ser educação inclusiva e o contato educacional constituído pelas famílias dos sujeitos com deficiência.

Referente as categorias, Bardin (2004 apud NARDI 2008, p. 41) assim

destaca:

Uma operação de classificação de elementos constitutivos de um conjunto, por diferenciação e, seguidamente, por reagrupamento segundo o gênero (analogia), com os critérios previamente definidos. As categorias são rubricas ou classes, que reúnem um grupo de elementos (unidades de registro, no caso da análise de conteúdo) sob um título genérico, agrupamento esse efetuado em razão dos caracteres comuns destes elementos.

As categorias permitirão uma melhor análise do tema em questão.

3. DESVENDANDO A RELAÇÃO FAMÍLIA E ESCOLA

3.1 Compreensão Sobre a Educação Inclusiva

A partir desse estudo percebeu-se a necessidade de verificar se as famílias em foco na pesquisa apresentavam ao menos um conceito vago sobre o que seja essa nova forma educacional, visto que dentro do seio destas existiam pessoas que o tema em questão se relacionava. Assim foi questionado aos representantes das cinco famílias o que eles compreendiam sobre a educação inclusiva, sendo obtidas as seguintes respostas:

Eu acho que é algo bom, ele num queria voltar a estudar, mas acredito que é algo bom demais. (Aurélia)

Assim pra criança ser educada? Sei não... (Neuma)

Na verdade num sei não. (Marta)

Não... (Marilene).

Isso pra mim é um novo método de ensino para que abra novos horizontes na mente de cada criança dessas e eles vão pegando cada vez mais ritmo de aprender. Eu penso... (Fernanda)

Os depoimentos demonstram que quatro das entrevistadas não possuem noção nenhuma do que venha a ser a educação inclusiva e que até mesmo Aurélia que até pouco tempo estava em sala de aula como educadora não sabe conceituar firmemente o que venha a ser a educação inclusiva.

Dessa forma, constata-se que embora a própria mídia já esteja a algum tempo trabalhando o tema inclusão as famílias que possuem filhos com necessidades educacionais especiais, parece que ainda não se identificaram com o tema.

Esta constatação é preocupante, pois é inegável o valor do papel da família

no processo inclusivo, que consiste não só em promover a entrada da criança na escola comum, mas também solicitar que a equipe escolar desenvolva um trabalho educacional diferenciado, baseado na ideia de que a instituição deve adaptar-se a realidade/necessidade do educando garantindo o respeito às diferenças e a valorização da diversidade como esta garantido por lei.

Mas Dorziat (2009, p. 4) alerta que:

Não basta o conhecimento dos direitos legais dos diferentes à educação, mas também o reconhecimento por parte da família das capacidades alternativas de elaboração do conhecimento, exigindo que o ambiente escolar cumpra seu papel educativo também para essas pessoas. Assume, assim, papel importante na constituição das atitudes positivas, de aceitação da diferença em seus aspectos potenciais, em fim pode ser um agente impulsionador do desenvolvimento dos filhos (as), também no âmbito escolar.

Somente uma família que conhece ao menos uma pequena noção do que seja a Educação Inclusiva pode provavelmente conhecer sobre o Atendimento Educacional Especializado (AEE) e saber que embora garantido por lei, a criança, diferentemente do ensino regular não é obrigada a frequentar. Logo, por ser obrigatório o seu oferecimento, mas não o seu uso, são a família e a criança que compreenderão e decidirão a importância dele na superação das limitações.

Mantoan et al.(2007, p. 29) assim fala sobre a importância do AEE:

O Atendimento Educacional Especializado é uma forma de garantir que sejam reconhecidas e atendidas as particularidades de cada aluno com deficiência. São consideradas matérias do Atendimento Educacional Especializado: Língua Brasileira de Sinais; interpretação de LIBRAS; ensino de língua portuguesa para surdos; código Braille; orientação e mobilidade; utilização do soroban; ajudas técnicas, incluindo informática adaptada; mobilidade e comunicação alternativa; tecnologias assistivas; informática educativa; educação física adaptada; enriquecimento e aprofundamento do repertório de conhecimentos; atividades da vida autônoma e social, entre outras.

A família conhecendo os direitos educacionais de seus filhos saberá

reivindicar que a escola providencie esse atendimento, em contra partida também saberá que nenhuma escola comum pode ficar sem receber o educando caso ele não aceite frequentar o AEE.

Fávero (2007, p. 19) destaca que:

O ensino que a nossa constituição prevê como obrigatório é o fundamental, o Atendimento Educacional Especializado, bem como qualquer um dos apoios e instrumentos que ele compreende, é uma faculdade do aluno ou seus responsáveis. Sendo assim, ele jamais poderia ser imposto pelo sistema de ensino, ou eleito como condição para a aceitação da matrícula do aluno em estabelecimento comum, sob pena de acarretar restrição ou imposição de dificuldade no acesso ao direito à escola.

Geralmente essa busca pelos direitos da pessoa com deficiência no campo social e educacional acontece dentro de uma família cuja integração familiar do deficiente é bem desenvolvida, onde ele é visto como alguém que embora tenha certas particularidades pode ser capaz de ter uma vida “normal”.

Glat (1996, p.111) afirma que:

Quanto mais integrada em sua família uma pessoa com deficiência for, mais esta família vai tentar tender a tratá-la de maneira natural ou “normal” deixando que, na medida de suas possibilidades, participe e usufrua dos recursos e serviços gerais da sua comunidade; conseqüentemente, mais integrada na vida social esta pessoa será. Paralelamente, quanto mais ela estiver participando das atividades da comunidade e levando uma vida “normal” equivalente a de outras pessoas da faixa etária, mais ela será vista pelos membros de sua família como “igual aos demais – apesar de suas particularidades especiais – e, portanto, mais aceita e integrada em sua família ela será.

Mas infelizmente as famílias nem sempre tendem a possibilitar aos seus filhos uma oportunidade de integração social adequada, como foi constatado no dialogo estabelecido com Marilene, que indagada se a família e a escola tinham decidido junto o direcionamento do trabalho realizado com seu filho, demonstrando uma super proteção a filha pela seguinte afirmação:

Não, eu não procurei ainda, eu só fui lá, eu só garanti a vaga dela. Mas sempre que eu coloco ela na escola eu sempre procuro saber como é lá já que ela não possui muita defesa (dificuldade motora)...

Que nem lá na escola (...) ultimamente ela não tinha recreio, ela não tinha porque ela não tinha como esta no meio daquelas crianças (“as normais”)... No segundo dia de aula ela caiu no parque foi o maior sufoco e a gente foi parar com ela em Sousa (cidade vizinha), ela não tem coordenação ai ela caiu, graças a Deus a pancada que ela levou não deixou nenhuma sequela, mas o médico falou que pelo problema que ela tem ela não deveria ter levado a pancada que levou... Aí eu fui direto: não tem parque não, não tem recreio, se a professora puder acompanhar ela tudo bem, mas se ela não puder fica difícil, mas fazer o quê? Mas num tem como Betina acompanhar aquelas criançada não tem como... Não tem...

Esse posicionamento da família, por um lado é compreensível, haja vista que a filha realmente apresenta uma dificuldade motora, mas também é preocupante, pois segundo Amiralian e Ribas (Apud SAAD p. 71) “as atitudes assistencialistas ou de superproteção agravam ainda mais a deficiência pela limitação que impõem ao desenvolvimento”. Ao invés do resguardo demasiado da criança os pais poderiam buscar adquirir conhecimento sobre as aptidões de seus filhos, bem como dos direitos educacionais destes.

3.2 O Contato Educacional:

Sabe-se que a família precisa participar efetivamente da vida escolar dos seus membros, buscando lhes garantir uma qualidade no aprendizado. Esse fato deve ser realizado por qualquer grupo familiar independente de possuir em seu seio um ente com necessidades educacionais especiais ou não. Logo com o propósito de saber como se da à dinâmica entre as famílias e os educandos no âmbito educacional coletou-se as seguintes respostas:

Sim, a gente vê o desenvolvimento dele. Às vezes olho o caderno, os trabalhos os meninos ensinam (referindo-se aos irmãos). (Aurélia)

Também olho o caderno dela, quando ela chega e bota a bolsa na mesa, a mãe olha e se ela não fez a tarefinha dela, antes do almoço a mãe bota ela

pra fazer: “olha você tem que fazer...” (Neuma)

Eu olho o caderno dela, só que num entendo e peço pra ler pra mim, acho muito interessante. (Marta)

Os cadernos dela ta tudo lá (escola especial)... Até já me desacostumei com tarefa... É tudo lá... (Marilene)

Não enviam nada (escola especial) pra casa, só no final enviaram a tarefa de matemática. (Fernanda)

Constatou-se que das cinco famílias três apresentam o hábito de observar o desempenho de seus filhos em casa através da conferência das atividades, as outras duas famílias afirmam que por até ano passado seus filhos estudarem na escola especial as tarefas eram feitas e guardadas na própria escola, não sendo enviadas para casa, relatando, por exemplo, Marilene, mãe de Betina, que havia até perdido o hábito de sua filha realizar tarefas de casa.

Ajudar nas tarefas é muito importante, criando um sentimento de confiança. A criação de um ambiente doméstico acolhedor e estimulador, onde o desenvolvimento da pessoa com deficiência seja pautado em suas habilidades e não nas suas limitações pode contribuir significativamente na sua auto confiança. Auto confiança essa que auxiliará na chegada à escola onde terá que socializar-se com amigos e professores e a continuar a desenvolver sua aprendizagem. Para Dorziat (2009, p. 4) “as expectativas dos familiares podem tanto contribuir para o desenvolvimento escolar dos alunos como para a estagnação desse processo”

Aproveitou-se a mesma pergunta feita sobre o modo como era realizado o acompanhamento escolar do aluno para analisar com que intensidade e em que situações a família frequentava a escola ou mantinha contato com alguém dessa entidade. Sendo os destaques os seguintes:

Nunca vou à escola, pois os outros dois são deficientes físico e mental, quem frequenta a escola e sempre vai é o pai. (Aurélia)

Eu sempre frequentava a escola especial, conversava com a diretora, perguntava como ela tava na escola, como tava o comportamento dela (...). Sempre conversava com a professora, com o interprete dela (...). Sempre ia quase toda semana, num vou dizer que eu ia toda semana, mas quase toda semana eu ia. Aí quando for na escola normal vou continuar indo. (Neuma)

Vou no colégio presto atenção, converso com os professores (...) (Marta)

Não, eu num vou dizer a vocês que eu sou 100%, que eu não sou... Mas eu sempre procuro, ta? 100% não(...) Só vou quando sou chamada, é por isso que eu falo pra você que eu não ou 100%... Mas sempre que me chama eu procuro saber... (Marilene)

Sempre perguntava se ele ia bem. Quero no primeiro dia da escola (comum) ir com ele dependendo da saúde irei sempre à escola.

Observa-se de forma positiva que apenas uma mãe mencionou frequentar a escola somente quando era solicitada sua presença, afirmando as outras entrevistadas manter sempre diálogo com alguns profissionais das escolas de seus filhos como também visitas escolares constantes, chegando dona Neuma avó de Milla a afirmar que quase toda semana frequentava a escola especial e pretende continuar agindo assim com o ingresso da neta na escola comum. Mas infelizmente esse contato limita-se a investigar o comportamento do aluno ou seu desempenho escolar, não havendo entre a escola e família nenhum contato direcionado a conversar sobre o que é a inclusão ou para desenvolverem metas e estratégias inclusivas que possam facilitar uma melhor adequação educacional e social.

Desse modo, ao ocorrer o ingresso de uma criança na escola, é importante os pais, independentemente de possuírem ou não um filho com deficiência, de frequentar sempre que possível esse ambiente educacional, buscando constatar o progresso dele, que dificuldades está sentindo nas matérias. Mas não é simplesmente solicitarem estas informações da escola. Os pais também precisam mudar de postura diante da educação dos seus filhos frequentando mais o ambiente escolar. Uma escola inclusiva, onde todos tenham direito a educação, para alcançar os objetivos a que se propõe precisa que a família e toda a comunidade se insiram nela. E esse ingresso familiar para a realização de uma escola verdadeiramente inclusiva deve ser de todas as famílias e não somente realizado pelas famílias que possuem crianças com deficiência, pois Dorziat (2009, p. 2) chama a atenção para um fato triste, mas verdadeiro:

Embora entendamos que o direito à educação deve ser uma meta a ser perseguida, concordamos com Souza e Góes (1999) que a análise da inclusão deve ser cautelosa, porque, embora a idéia de escola para todos

pareça ser concretizada com a abertura de suas portas para receber os excluídos, atendendo supostamente aos ideais progressistas, ela (escola) mantém as mesmas e precárias condições oferecidas aos que já estavam aparentemente incluídos.

A grande maioria só comparece no dia marcado pela escola para uma reunião do resultado bimestral dos educandos. Comumente nesse dia da entrega de boletins os pais parecem que “acreditando que os educadores possuem uma fórmula Mágica” querem deles informações sobre o que levou seus filhos a tão péssimo desempenho. Pergunta já caduca e “solução” idem!

A participação dos pais por meio da formação de um conselho de pais e mestres também é algo que pode ser pensado, através dele, pais e educadores podem juntos pensar em melhorias educacionais e unirem forças para solicitar mudanças na escola que dependam também de outras autoridades – governo local, estadual e federal. A lei que garante uma educação para todos está no papel e precisa ser totalmente cumprida e a união família/escola tem muita importância na efetivação desse acontecimento.

Percebemos assim que a escola não se resume a currículos com conteúdos tradicionais, a escola vai mais além, ela não só é formadora de mentes, mas do sujeito social em si, pois o prepara para viver em sociedade, ou, ao menos é o que deveria cumprir.

Lacerda (2006, p. 181) dessa forma observa:

A tarefa é criar espaços educacionais onde a diferença esteja presente, onde se possa aprender com o outro, sem que aspectos fundamentais do desenvolvimento de quaisquer dos sujeitos sejam prejudicados. A escola, para além dos conteúdos acadêmicos, tem espaço para atividades esportivas, de lazer, de artes e de criação, nas quais poderiam conviver crianças com diferentes necessidades, desde que as atividades fossem preparadas e pensadas para isso.

Outra comprovação a respeito de não existir entre a escola e família nenhum diálogo sobre o que é a inclusão ou sobre metas inclusivas que possam facilitar uma melhor adequação educacional e social foi constatada depois de serem observadas

as respostas dessas duas perguntas feitas as famílias: Vocês solicitaram informações na escola para melhor compreender o que é a educação inclusiva? Vocês decidiram junto com a escola o direcionamento do trabalho realizado com seu filho?

Para a primeira pergunta todas as famílias responderam que não haviam solicitado informações na escola sobre a educação inclusiva, sendo que uma avó e uma mãe demonstraram já ter tido interesse de questionarem a escola sobre o assunto. Neuma, por exemplo, assim destaca:

Eu já tive vontade, mas não perguntei, porque às vezes, minha filha, a gente esquece, muita preocupação (...)

A segunda pergunta referia-se a existência ou não de uma conversa entre família e escola sobre o direcionamento de um trabalho com os filhos. Todas as famílias responderam que não.

Toda essa falta de entrosamento entre a família e escola no que diz o tocante da educação inclusiva, pode ser ainda revertida já que todas as famílias demonstraram interesse pelo aprendizado de seus filhos através da análise do material destes ao chegar em casa ou pelo diálogo com os profissionais da educação. Tal situação poderá ser mudada quando pais e mestres se unirem desde o início do ano letivo para dialogarem sobre o que é a educação inclusiva e que inúmeras atitudes podem tomar juntos, como por exemplo, a construção de um currículo escolar que leve em conta as características locais da comunidade, seus anseios e cultura. Mantoan (2007, p. 47) assim observa: “sem que a escola conheça os seus alunos e os que estão à margem dela, não será possível elaborar um currículo escolar que reflita o meio social e cultural em que ela se insere”.

Embora quase todas as famílias não tenham noção sobre o conceito de educação inclusiva, quando foi perguntado se elas acreditavam na inclusão dos alunos com deficiência na escola comum, somente Fernanda, professora aposentada colocou em dúvida, As outras famílias demonstraram acreditar na inclusão ou por certa experiência com o aluno na escola comum ou apenas por esperança. Vejamos:

Sim, Pedro, ta muito adiantado (...) (Aurélia)

Eu tenho uma esperança de melhora (...) (Neuma)

Vale sim (...) Depois que ela ta estudando é outra pessoa(...) (Marta)

Acredito sim, acredito que a escola vai trazer algum beneficio (...) (Marilene)

Não acredito, já ensinei e já debati, com o meu mesmo eu já pelejei... De um milheiro se tira um, a não ser que esse método seja algo que abra mais os horizontes, abra mais a mente. (Fernanda)

É preciso que o tema inclusão seja realmente incorporado e aceito dentro da sociedade e percebe-se pela exposição das famílias nos diálogos supracitados que existe uma abertura para que a escola se aproxime destas no tocante a essa parceria inclusiva.

Glat (1996, p. 113) comenta a respeito da função da família na inclusão social do filho com deficiência, dizendo que “a família – grupo social primário – é o fator determinante para a detonação e manutenção – ou, ao contrário, para o impedimento – do processo de integração”. Logo, impulso familiar é primordial para que qualquer criança com deficiência ou não se torne um ser humano completo e feliz, existindo dessa forma, a necessidade da realização de um trabalho enfático dentro da família, pois somente um bom alicerce poderá produzir mudanças nas estruturas comportamentais diante da deficiência, permitindo-se olhar com maior intensidade a capacidade sobre as deficiências. A educação se efetua dentro do circulo família, escola e sociedade.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através do diálogo desenvolvido com as famílias nesta pesquisa se constatou que as escolas municipais de Pombal/PB andam apenas se voltando a pensar na formação dos profissionais da educação para que estes desenvolvam habilidades inclusivas, não ocorrendo em paralelo um trabalho com as famílias sobre a inclusão. Essa descoberta me fez lembrar uma conversa que tive dia 05 de fevereiro com o Professor Celso Antunes, onde me confessou que era preocupante a possível não realização da educação inclusiva no Brasil, pois em países onde primeiro a população absorveu a idéia de inclusão e só depois disso é que se tornou lei esta tem dado certo, como por exemplo, na Espanha. Mas aqui no Brasil o caminho esta inverso, a educação inclusiva se tornou lei, mas não parte da cultura, passando dessa forma uma imagem de imposição, gerando certa resistência a inclusão.

Logo, embora o tema educação inclusiva venha sendo debatido principalmente desde a década de 1990, durante muito tempo o assunto ficou reservado a rodas de conversas de pensadores e especialistas em inclusão. Atualmente a tentativa de conscientização em massa está sendo levado ao público em geral através da mídia por meio de propagandas principalmente do governo federal e de novelas como Páginas da Vida e Viver a Vida ambas do autor Manoel Carlos. Em Viver a Vida, a personagem Luciana que é cadeirante, constantemente instiga através de situações cotidianas, reflexões sobre as dificuldades enfrentadas pelas pessoas deficientes em uma sociedade que se denomina inclusiva. Além disso, ao final de cada dia em que a novela é exibida são apresentados testemunhos reais de superação. Nardi (2008, p. 45), por exemplo, destaca que “essas pessoas com deficiência que tem aparecido com freqüência nos meios de comunicação de massa instigam um número infindável de opiniões sobre a inclusão”.

Mas, embora todo esse apelo desenvolvido nos meios de comunicação venha surtindo certo efeito na sociedade brasileira, ainda ocorre que essa mudança é lenta e difícil, pois a mentalidade humana se constrói através da história que esta enraizada na não busca da adaptação ao ambiente de convivência das pessoas com deficiência. Em minhas visitas pude observar que apesar do seio familiar buscar

melhores condições de socialização de seus entes, em muitas residências, devido a não conscientização foi constatado a presença de escadas e o excesso de móveis, o que, por exemplo, dificulta a locomoção de pessoas com deficiência visual e motora em suas próprias residências.

Segundo Carvalho (2001 apud Marcos, Okimoto e Scheer, 2007):

Em vários segmentos da sociedade são notórias as inúmeras dificuldades sociais e econômicas enfrentadas pelo portador de deficiências. Sendo que as barreiras, principalmente físicas, encontradas por grande parte destas pessoas estão presentes em suas próprias residências e seguem para áreas públicas e ambientes de trabalho.

Além disso, a pouca informação sobre a educação inclusiva dada aos pais quando em uma família nasce uma criança com deficiência, ou no decorrer da vida ela se torna deficiente, os mesmos costumam confundir proteção com assistencialismo, impedindo que esse sujeito desenvolva-se e supere suas restrições, muitas vezes buscando resguardá-la de todo o contato social possível, incluído o de freqüentar a escola comum. Somente uma boa relação escola e família podem impedir tal acontecimento.

Assim, esta falha relação entre a família e a escola no tocante a inclusão é preocupante visto que é preciso se trabalhar muito com a sociedade e principalmente com o núcleo dela: a família. É no seio familiar - primeira instituição social – que a criança ao nascer recebe carinho, proteção e as primeiras orientações educacionais que serão as bases para o seu desenvolvimento humano.

Glat (1996, p.113) destaca:

A família, portanto, realiza a chamada socialização primária que consiste na aprendizagem dos papéis sociais; ou dito de outra forma, no processo de formação da identidade social e pessoal do indivíduo, na imagem que a pessoa tem de si mesma. Mais tarde, ao entrar em contato com o grupo social mais amplo, geralmente na fase escolar – socialização secundária – a criança terá novos ajustes a fazer para se adaptar (Glat apud Glat p.113)

Dessa forma, quando a criança é direcionada a escola já traz em si inúmeros

conceitos sócio-educacionais que serão aplicados nesse novo ambiente social. Mas apresentar ao educando essa segunda instituição não significa que a família transferiu suas responsabilidades. A partir desse momento escola e família tornam-se parceiras no processo de construção desse sujeito e na sua inserção social.

A Declaração de Salamanca (1994) assim destaca:

A realização do objetivo de uma educação bem-sucedida de crianças com necessidades educacionais especiais não constitui tarefa somente dos Ministérios de Educação e das escolas. Ela requer a cooperação das famílias e a mobilização das comunidades e de organizações voluntárias, assim como o apoio do público em geral.

A Busca por uma mudança estrutural e social na sociedade é algo de difícil acesso, pois a mentalidade acerca do que é uma deficiência foi construída desde a infância das pessoas de forma errônea incluindo-se também nesse contexto a família.

Omote (1996 apud NARDI, 2008) comenta que as pessoas que possuem contato mais próximo junto aos sujeitos com deficiência, fazem parte das audiências específicas, as quais tem a função de identificar e denominar o que venha a ser a deficiência.

Omote chama a atenção sobre o poder dessas audiências específicas sobre as pessoas deficientes:

Omote atribui importante papel na audiência àquelas pessoas que possuem contatos mais próximos com os deficientes; por isso, denomina-as de “audiências específicas”, por desempenharem papéis específicos. Dentre essas audiências encontram-se “as agências oficiais e sociais de controle”. Ainda segundo Omote (1996, p. 130): “[...] as pessoas que mantêm relações próximas e importantes com o deficiente e o próprio deficiente passa a ser visto como parte da audiência em relação à definição que lhe é atribuída”. Diante do olhar de descrédito das pessoas que fazem parte dessas “audiências específicas”, o próprio deficiente começa a se ver como um “coitadinho”, um “incapaz”, um “deficiente”. Quando este deficiente tenta circular pelas ruas, pelos estabelecimentos comerciais, pelas praças, também as pessoas que ali estão o tratam com descrédito, com desdém, com indiferença, com estranhamento, o que acaba confirmando ainda mais seu lugar de “deficiente” perante a sociedade. (1996 apud NARDI 2008, p.20)

Assim, um dos pontos importantes para uma sociedade inclusiva está no

trabalho com as famílias, base social. Mas infelizmente esse trabalho ainda é falho. Essa entidade social instruída corretamente poderá exercer sua vocação educacional junto à escola possibilitando mudança não só estrutural como também comportamental visto que essa é o núcleo social. E nada melhor que essa conscientização familiar a respeito do seu poder inclusor seja realizada pela própria escola, entidade que mesmo eventualmente é a que mais tem contato com o grupo familiar. Trabalho esse que poderia, por exemplo, ser feito através de palestras ou formação de grupos de pais sobre o tema inclusão.

Esses são alguns dos possíveis caminhos apontados para a prática da inclusão das pessoas com deficiência, primeiramente pensada no âmbito familiar, para depois ser estendida a sociedade.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Decreto nº. 6.715, de 17 de setembro de 2008. Dispõe sobre o Atendimento Educ. especializado, regulamenta o parágrafo único do art.60 da lei nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, acrescenta dispositivo ao Decreto nº. 6.253, de nov. de 2007. Disponível em: [http://: www.planalto.gov.br](http://www.planalto.gov.br). Acesso em 10 de março de 2010.

_____. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Documento elaborado pelo grupo de trabalho nomeado pela portaria nº. 555/2007, prorrogada pela portaria nº. 948/2007, entregue ao Ministério da Educação em sete de janeiro de 2008. Disponível em [http://: www.bancodeescola.com](http://www.bancodeescola.com). Acesso em 10 de março de 2010.

_____. Código Civil. Vade Mecum: acadêmico de direito. 10. ed. Anne Joyce, (Org.) São Paulo: Rideel, 2010.

_____. Constituição Federal. Vade Mecum: acadêmico de direito. 10. ed. Anne Joyce, (Org.) São Paulo: Rideel, 2010.

BOSCOLO, C. C.; SANTOS, T. M. M. dos. A Deficiência Auditiva e a Família: sentimentos e expectativas de um grupo de pais de crianças com deficiência da audição. Rev. distúrbios da comunicação, São Paulo, 17(1): 69-75, abril de 2005. Disponível em: http://www.pucsp.br/revistadisturbios/artigos/tipo_395.pdf Acesso em 24 de nov. 2009.

DORZIAT, A.. A Família no Contexto da Inclusão Escolar. GT: Educação Especial / n.15. [2009]. UFPB, CNPq: "Inclusão e Alteridade: um novo olhar sobre o currículo". Disponível em: <http://www.anped.org.br/reunioes/30ra/trabalhos/GT15-3171--Int.pdf> Acesso em: 17 de set. 2009.

DECLARAÇÃO MUNDIAL SOBRE EDUCAÇÃO PARA TODOS.
Jomtien, Tailândia. 1990. Disponível em:
<http://www.pitangui.uepg.br/nep/documentos/Declaracao%20-%20jomtien%20-%20tailandia.pdf> acesso em: 24 de nov. 2009.

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA. Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais. Disponível em:
<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf> Acesso em:
24 de Nov. 2009.

DOTA, F. P.; ALVES, D. M.. Educação Especial no Brasil: Uma análise Histórica. Rev. Cient. de Psicologia – ISSN: 1806-0625. Ano V – nº 8 – maio de 2007 – P. Semestral. Disponível em: <http://www.revista.inf.br/psicologia08/pages/resenhas/educ08-anoV-revisao03.pdf> Acesso em: 08 de fev. 2010.

FAVERO, E. A. G., 1969 - Aspectos Legais e Orientações Pedagógicas/ Eugênia A. Gonzaga Fávero, Luisa de Marillac P. Pantoja, Maria Tereza Eglér Mantoan – São Paulo: MRC/SEESP, 2007. 60 p. – (Atendimento Educacional Especializado).

FREITAS, S. N. Representações e Paradigmas em Educação Especial. In Curso de Especialização a Distância em Educação Especial: déficit cognitivo e educação de surdos: módulo I / [Ana Claudia Pavão Siluk... [et al.]]. –Santa Maria: UFSM. CE, Curso de Especialização à Distância em Educação especial, 2008. 193 p; il.

GLAT, R. Uma família presente e participativa: o papel da família no desenvolvimento e inclusão social da pessoa com necessidades especiais. Anais do 9º Congresso Estadual das APAES de Minas Gerais. Belo Horizonte/MG. 2004. Disponível em: http://www.eduinclusivapesr-uerj.pro.br/livros_artigos/pdf/familia.pdf Acesso em: 23 de fev. 2010.

_____, R. O Papel da Família na Integração do Portador de Deficiência. Revista Brasileira de Educação Especial. 1996. Disponível em: http://www.marilia.unesp.br/abpee/homepageabpee04_06/artigos_em_pdf/revista1pdf/r4_art09.pdf Acesso em 24 nov. 2009.

LACERDA, C. B. F. de. A Inclusão Escolar de Alunos Surdos: o que dizem alunos professores e intérpretes sobre esta experiência. 163 Cad. Cedes, Campinas, vol. 26, n. 69, p. 163-184, maio/ago. 2006. Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br> Acesso em: 23 de fev. 2009

MACIEL, M. R. C. Portadores de deficiência: a questão da inclusão social. São Paulo Perspec. [online]. 2000, vol.14, n.2, pp. 51-56. ISSN 0102-8839. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/spp/v14n2/9788.pdf>. Acesso em: 17 de set. 2009.

MARQUEZAN, R. Aprendizagem e Desenvolvimento como Processos de Apropriação da Cultura. In Curso de Especialização à Distância em Educação Especial: déficit cognitivo e educação de surdos: módulo II / [Melânia de Melo Casarin... [et al.]]. –Santa Maria: UFSM. CE, Curso de Especialização à

Distância em Educação especial, 2009. 104 p; il.

MENEZES, E. C. P. de; MUNHÓZ, M. A. Metodologia para o Atendimento do Aluno com Déficit Cognitivo. In Curso de Especialização a Distância em Educação Especial: déficit cognitivo e educação de surdos: módulo III / [elaboração do conteúdo: Eliana da C. P. de Menezes... [et al.]]. –Santa Maria: UFSM. CE, Curso de Esp. à Distância em Educ. especial, 2009. 72 p; il.

MICHELINE, M. et al. Avaliação e Análise de Acessibilidade de um Deficiente Físico Motor, Através do Software Catia, em Habitações de Interesse Social. 2007. Disponível em: <http://www.cesec.ufpr.br/workshop2007/Artigo-25.pdf>. Acesso em: 12 de março de 2010.

NARDI, L. C. A deficiência pelo olhar dos “normais”. 2008. 109 f.; 30 cm. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade de Passo Fundo, R.S, 2008.

PINHEIRO, E. M.; KAKEHASHI, T. Y; ANGELO, M. O uso de filmagem em pesquisas qualitativas. *Rev. Latino-Am. Enfermagem* [online]. set-out. 2005, vol.13, n.5, pp. 717-722. ISSN 0104-1169. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rlae/v13n5/v13n5a16.pdf> Acesso em: 12 de março 2010.

SAAD, S. N. Preparando o Caminho da Inclusão: dissolvendo mitos e preconceitos em relação à pessoa com Síndrome de Down. *Revista Brasileira de Educação Especial*, Marília, jan-jun. 2003, v.9, n. 1, p. 57-78. Disponível em: http://www.marilia.unesp.br/abpaee/homepageabpaee04_06/artogos_em_pdf/revista_9numero1pdf/6saad.pdf Acesso em: 24 de Nov. 2009.

SILVA, A. F. da; ELSSEN, I. Uma Sociedade Inclusivista para as Famílias Portadoras de Membros com Necessidade Especial. *Revista Família, Saúde e Desenvolvimento*, v8, nº 2, p. 154-162, maio/agosto 2006. Disponível em [http://: www.ser.ufpr.br](http://www.ser.ufpr.br) . Acesso em: 24 de nov. 2009

SILVA, N. L. P.; DESSEN, M. A. Deficiência Mental e Família: Implicações para o Desenvolvimento da Criança. *Psicologia: Teoria e Pesquisa* Mai-Ago 2001, Vol. 17 n. 2, pp. 133-141. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-37722001000200005&script=sci_arttext&tlng=es Acesso em: 24 de Nov. 2009

SILVEIRA, F. F; NEVES, M. M. B da J. Inclusão Escolar de Crianças com Deficiência Múltipla: Concepções de Pais e Professores. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, jan-abr 2006, vol. 22, nº 1, PP.079-088. Disponível em: [http:// www.scielo.br/pdf/ptp/v22n1/29847.pdf](http://www.scielo.br/pdf/ptp/v22n1/29847.pdf) . Acesso em: 24 de nov. 2009.